



Congresso aprova Orçamento com salário mínimo de R\$ 724

Projeto que discrimina receitas e despesas da União para 2014 prevê valor total de R\$ 2,48 trilhões e foi analisado no início da madrugada pelo Plenário

O Plenário do Congresso Nacional aprovou, na madrugada de hoje, o relatório geral do deputado Miguel Corrêa à proposta da Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2014, após ter sido acatado pela

Comissão Mista de Orçamento, presidida pelo senador Lobão Filho. O texto fixa salário mínimo de R\$ 724 a partir de 1º de janeiro, R\$ 1,10 a mais que o previsto na proposta enviada pelo Executivo.

O relatório, que eleva o investimento público em R\$ 900 milhões, foi viabilizado após acordo entre governo e oposição para garantir a regra do orçamento impositivo para emendas apresentadas por parlamentares. **3**



Plenário vota o Plano Nacional de Educação em meio a protestos da oposição, que considerou as mudanças no texto aprovado um retrocesso em relação ao anterior

Plano de Educação passa no Senado e volta à Câmara

Numa sessão marcada pelo protesto de senadores contra o encerramento da discussão, o texto apoiado pelo governo obteve maioria de votos. Venceu relatório elaborado a partir do que foi decidido pela Comissão de Constituição e

Justiça, em substituição à proposta aprovada pela Comissão de Educação. Retirada da penalização pelo não cumprimento das metas do PNE e das fontes de financiamento estão entre as mudanças mais importantes. **5**

Processo mais ágil em adoção de crianças com deficiência **7**

Avança proposta que atualiza o Código Penal **7**

Subcomissão questionará Abin sobre ossadas **5**

Indicações de diretores da ANA são aprovadas **4**

Passageiro pode ser indenizado por voo cancelado **6**

Projeto fixa novas regras para cadastro de devedores **6**

Renan anuncia prioridade para reforma política em 2014 **2**

Senadores pedem asilo político para Snowden **8**



O presidente do TCE-AL, Cícero Amélio (E), cumprimenta Renan e Collor

Alagoas terá TV Senado digital e transmissão da Rádio Senado

Um acordo de cooperação técnica assinado ontem entre o Senado e o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE-AL) permitirá a transmissão da Rádio Senado e do sinal digital da TV Senado para Maceió. **2**

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI
Aposentadoria especial de pessoas com deficiência
Lei Complementar 142/13

Um justo direito para quem percorre esse caminho

O Senado aprovou a lei que reduz o tempo de contribuição e a idade para a aposentadoria de pessoas com deficiência.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei

SENADO FEDERAL

Reforma política em 2014 será prioridade, diz Renan

O presidente do Senado aproveitou o lançamento da coleção *Sessões Temáticas*, que registra três grandes debates do Senado em 2013, para anunciar uma reforma política “orgânica e harmônica”

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que a reforma política é uma das prioridades para o próximo ano. Ele disse que apoia a proposta da presidente Dilma Rousseff de fazer a reforma com base em consulta popular, uma vez que está claro que o Poder Legislativo já demonstrou ser incapaz de aprová-la sozinho.

— Uma de nossas prioridades para 2014, ano encerrado pelas eleições, deve ser uma reforma política orgânica, harmônica e que elimine definitivamente o peso da influência do poder econômico e do poder político no processo eleitoral — declarou, durante o lançamento da coleção *Sessões Temáticas*.

A coleção traz a transcrição das três sessões realizadas em 2013 para debater assuntos específicos, com rito diferenciado. Livres da rigidez do Regimento Interno do Senado quanto ao tempo de fala e à quantidade de oradores, as sessões temáticas eram uma demanda de senadores para viabilizar a discussão mais profunda dos grandes temas nacionais.

Com a participação de especialistas, foram discutidos a reforma política, o financiamento da saúde e o



Renan Calheiros participa do lançamento da coleção *Sessões Temáticas*

pacto federativo. A ministra do Supremo Tribunal Federal e então presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Cármem Lúcia, participou do primeiro debate. Já a discussão sobre a saúde teve a participação dos ministros da Saúde, Alexandre Padilha, e do Planejamento, Miriam Belchior. A última sessão contou com a presença do ministro da Fazenda, Guido Mantega, e dos governadores de Alagoas, Teotonio Vilela Filho, e de Mato Grosso, Silval Barbosa.

Renan afirmou que a coleção justifica-se pela riqueza dos debates e relevância dos temas que, embora muito importantes, ainda não estão na ordem do dia do país.

Ele destacou também o papel do Senado em 2013, que se firmou dando respostas

em uma das épocas que ele classifica como mais sensíveis do país. O presidente citou a redução de custos com pessoal, custeio e investimentos e enumerou projetos aprovados, como a mudança das regras para a escolha de suplentes de senador, a qualificação do crime de corrupção como hediondo e a facilitação da participação popular no processo legislativo. Durante o lançamento, a secretária-geral da Mesa do Senado, Claudia Lyra, elogiou as sessões temáticas e afirmou que a coleção servirá de instrumento para o processo legislativo.

O livro foi diagramado e editado pelo *Jornal do Senado*, a partir de projeto gráfico da Coordenação de Criação e Marketing da Secretaria de Comunicação Social (Secom).

Anibal Diniz lê carta enviada a José Dirceu e Delúbio Soares, do PT

Anibal Diniz (PT-AC) comunicou ontem ter escrito aos companheiros de partido, José Dirceu e Delúbio Soares, presos na Papuda, em Brasília, em razão de condenação na Ação Penal 470 (mensalão). Na carta, Anibal destaca o importante papel de Dirceu e Delúbio nas vitórias do PT em nível nacional e qualifica de inadequada a decisão do presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, que prescreveu regime fechado para o cumprimento das penas pelos dois petistas.

— Que Deus lhes dê sabedoria, serenidade e muita saúde, porque a história não acaba aqui. E tenho certeza de que a política, o PT e o Brasil ainda vão convocá-los para novos e importantes desafios. Meu respeito, minha solidariedade, e minha gratidão pelo muito que vocês fizeram — escreveu.



Mozarildo Cavalcanti pede que população não deixe de votar

É importante que o brasileiro compareça às urnas e vote, afirmou ontem o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), ao comentar debate nas redes sociais em que muitos internautas dizem que vão anular o voto em 2014, enquanto outro grupo prega o voto facultativo. Mozarildo afirmou que votar é essencial para que pessoas bem-intencionadas sejam eleitas. Não votar ou anular o voto pode favorecer a eleição de políticos mal-intencionados, advertiu.

— Infelizmente, não vai valer para esta eleição, mas acho que nós deveríamos, muito cedo, debater uma reforma política profunda para que não cheguemos de novo a uma eleição sem uma reforma política ou produzindo minorreformas, que, de fato, não alteram em nada o conteúdo da votação.



Vanessa Grazziotin elogia Omar Aziz, o governador mais bem avaliado

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) parabenizou o governador do Amazonas, Omar Aziz (PSD), por ser o governante mais bem avaliado do país. De acordo com pesquisa da Confederação Nacional da Indústria e do Ibope, divulgada na sexta-feira, 74% dos amazonenses consideram ótima ou boa a gestão de Omar Aziz e 75% disseram confiar no governador. Segundo Vanessa, as áreas de melhor desempenho do governo amazonense são cultura e lazer, educação, capacitação profissional, habitação e agricultura.

— Quem conheceu o nosso estado há 20 anos e visita hoje o Amazonas, os municípios do interior, vê a diferença. Naquela época, não tinha absolutamente nada. Hoje tem uma agricultura, não digo desenvolvida, mas em processo de desenvolvimento. Tem universidades instaladas, sejam escolas técnicas federais ou a universidade do estado, que está em todos os cantos do Amazonas.

Acordo de cooperação leva TV e Rádio Senado a Alagoas

Foi assinado ontem acordo de cooperação técnica com o Tribunal de Contas do Estado (TCE) de Alagoas para transmissão da Rádio Senado e do sinal digital da TV Senado para Maceió. O presidente do Senado, Renan Calheiros, destacou que, além de divulgar as atividades da Casa, a programação inclui noticiários, reportagens especiais, programas culturais e peças institucionais.

O Senado instalará, na Rádio Difusora, equipamentos que vão garantir as transmissões da Rádio e da TV. E, havendo interesse do tribunal, poderá ceder até duas horas por dia nas transmissões para divulgação das ações do TCE. Renan destacou o trabalho da comunicação em favor da transparência.

Novas regras para economizar nas correspondências

A Comissão Diretora do Senado aprovou ontem ato que proíbe o uso da chama cota postal dos senadores e da Casa para a aquisição de selos postais. O ato complementa decisão tomada em setembro, que determinou corte de 50% nas despesas com correspondências. O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse que a decisão segue a política de austeridade adotada pela Casa.

A distribuição da franquia dos Correios passou a ter os seguintes parâmetros: 35% serão distribuídos segundo a população do estado do parlamentar; 45%, de modo inversamente proporcional ao índice oficial de uso da internet no estado (elaborado pelo IBGE — PNAD 2011); e 20% serão distribuídos igualmente entre os estados.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>

PLENÁRIO Financiamento estudantil

9h30 Na pauta da sessão deliberativa, medida provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 2,5 bilhões para o Fies.

PRESIDÊNCIA Código Penal

9h30 Renan Calheiros preside sessão plenária. Às 10h30, recebe relatório sobre a reforma do Código Penal e, às 14h45, os familiares do presidente João Goulart. Às 15h, preside sessão solene do Congresso.

CAS Isenção de IR para albinos

9h A comissão examina, entre outros, projeto que isenta do Imposto de Renda os aposentados portadores de albinismo e de fibrose cística. Também na pauta projetos que visam mudar a administração das unidades de terapia intensiva.

CDR Gestão da Embratur

9h Comissão debate o modelo de gestão da Embratur para elevar a promoção turística por meio da participação da iniciativa privada.

CDH Reinsersão familiar

9h Na pauta, projeto que prevê tentativas de reinserção familiar da criança ou do adolescente antes da decisão definitiva de adoção.

CCJ Número de deputados

10h Entre os itens da pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, projeto que dispõe sobre o número de deputados federais e fixa a representação por estado e pelo Distrito Federal para a legislatura de 2015–2019.

REGULAMENTAÇÃO DE LEIS Greve

13h Análise do relatório parcial sobre regulamentação do direito de greve do servidor público.

CAE Consumidor de energia

14h Audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos para instrução do projeto que cria o Conselho Nacional de Consumidores das Prestadoras de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica.

CONGRESSO João Goulart

15h Sessão solene no Plenário do Senado destinada à devolução simbólica do mandato presidencial ao ex-presidente da República João Goulart.

CMO Ajustes

18h Comissão analisa mensagens do TCU para ajustes em prestações de contas, entre outras proposições.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no Plenário: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas comissões: <http://bit.ly/comissoesOnline>

RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 9h, reunião da Comissão de Assuntos Sociais; e, na sequência, reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Às 14h, transmissão da sessão plenária. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv/) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Orçamento é aprovado com salário mínimo de R\$ 724 a partir de janeiro

Projeto de lei que define receitas e despesas para 2014 foi aprovado na madrugada de hoje pelo Plenário do Congresso Nacional

O PLENÁRIO DO Congresso aprovou na madrugada de hoje a Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2014 (PLN 9/2013). O valor total do Orçamento da União, nos termos do substitutivo apresentado, é de R\$ 2,48 trilhões, dos quais R\$ 654,7 bilhões são referentes à rolagem da dívida pública. O salário mínimo previsto para entrar em vigor a partir de 1º de janeiro do ano que vem é de R\$ 724.

O texto aprovado prevê um crescimento do produto interno bruto (PIB) de 4% no ano que vem, inflação de 5,3%, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e taxa de juros (Selic) média de 9,29%.

O relator, deputado Miguel Corrêa (PT-MG), destinou R\$ 250 milhões para poder viabilizar R\$ 1,10 a mais em relação aos R\$ 722,90 previstos na proposta original.

O texto, que eleva o investimento público em R\$ 900 milhões e mantém despesas com pessoal, foi acatado na noite de ontem pela Comissão Mista de Orçamento (CMO), presidida pelo senador Lobão Filho (PMDB-MA).

A aprovação foi viabilizada após acordo fechado semana passada entre governo e oposição para garantir a aplicação do orçamento impositivo para emendas parlamentares.

Mandato de Jango será devolvido simbolicamente hoje

Haverá sessão extraordinária do Senado hoje às 9h30. Às 15h, o Congresso faz sessão solene para devolver simbolicamente o mandato presidencial a João Goulart (1919-1976). Um golpe de Estado depôs Jango em 1964, dando início ao regime militar, que durou até 1985. Os familiares de Jango e a presidente Dilma Rousseff devem participar.

Senado analisa MP que destina crédito extraordinário ao Fies

O presidente do Senado, Renan Calheiros, leu ontem o texto da Medida Provisória 626/2013, que abre crédito extraordinário de R\$ 2,5 bilhões para o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), e anunciou que a matéria estará na pauta de hoje do Plenário. O programa financia o ensino superior em instituições privadas.



Sessão do Congresso em que foi aprovado Orçamento da União para 2014

O relator lembrou que teve a menor reestimativa de receita dos últimos anos (R\$ 12,1 bilhões) para poder atender a emendas.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) terá R\$ 61,8 bilhões no próximo ano em investimentos.

O relatório amplia o investimento do orçamento fiscal e da seguridade social de R\$ 74,6 bilhões para R\$ 75,7 bilhões, um aumento de 1,4%. Para as estatais, o investimento (R\$ 105,67 bilhões) para 2014 foi quase o mesmo do texto do Executivo, com aumento de R\$ 70,2 milhões. Para os demais órgãos públicos (R\$ 81,67 bilhões), o relatório apresentou um aumento de R\$ 14,5 bilhões, vindos de emendas parlamentares. Só na saúde, o acréscimo foi de R\$ 5,16 bilhões (R\$ 4,48 bilhões

individuais) em emendas.

Foram aprovados 3 destaques à proposta, enquanto 178 foram rejeitados. Dois destaques aprovados são do deputado Claudio Cajado (DEM-BA).

O primeiro retirou do texto a possibilidade de transferência de recursos orçamentários entre fundos constitucionais — Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), do Nordeste (FDNE) e do Centro-Oeste (FDCO) —, por decreto de crédito suplementar.

O segundo estabelece como exigência a solicitação da emenda ou indicação do Legislativo para que o Executivo possa remanejar recursos de emendas parlamentares individuais a partir de créditos suplementares feitos por decreto.

Miguel Corrêa também atendeu a demanda da bancada de Minas Gerais para remanejar recursos e destinar R\$ 30 milhões para instituições federais de ensino superior no estado.

Pouco antes da aprovação do Orçamento, o Congresso aprovou o projeto (PLN 13/2013) que introduz mudanças no Plano Plurianual (PPA 2012-2015). A matéria foi aprovada com emenda da deputada Rose de Freitas (PMDB-ES), que incluiu recursos para obras na BR-342.

A CMO também aprovou ontem o relatório do Comitê de Avaliação sobre Obras com Indícios de Irregularidades Graves, indicando a paralisação de duas das seis obras sugeridas pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

Deixarão de receber recursos uma obra de esgotamento sanitário em Pilar (AL), orçada em R\$ 2,17 milhões, que tem recomendações de paralisação desde 2011, e uma para conter enchentes do Rio Poty, em Teresina, paralisada desde 2002.

Números

| | |
|---|---------------|
| Salário mínimo | R\$ 724 |
| Investimentos | |
| Orçamento fiscal e da seguridade social | R\$ 75,7 bi |
| Estatais | R\$ 105,67 bi |
| Demais órgãos públicos | R\$ 81,67 bi |
| PAC | R\$ 61,8 bi |

Congresso terá órgão permanente contra violência de gênero

O Congresso Nacional aprovou ontem projeto de resolução (PRN 5/2013) proposto pelas Mesas do Senado e da Câmara que cria a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

A comissão, que será formada por 37 parlamentares, sendo 27 deputados e 10 senadores, resultou do trabalho da CPI mista sobre a violência contra a mulher, que sugeriu o funcionamento de um órgão no Congresso voltado ao tema.

A comissão atuará no acompanhamento político, estratégico e sistemático das ações para o combate à violência de gênero. Entre as atribuições, está o diagnóstico das lacunas existentes nas ações e serviços de segurança social e na prestação de segurança pública às mulheres vítimas de violência e a apresentação de propostas para consolidação de uma política nacional de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Entre as competências da comissão, estão o exame e a emissão de pareceres sobre os tratados, acordos, atos internacionais e todas as matérias de interesse da CPLP que venham a ser submetidas ao Congresso Nacional.

Comissão avaliará temas relativos a países de língua portuguesa

O Congresso aprovou ontem projeto que cria uma comissão mista para tratar dos assuntos relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) — Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

Segundo o projeto (PRN 3/2009), a comissão fará a ligação entre o Congresso brasileiro e a Assembleia Parlamentar da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (AP-CPLP) e será composta por seis titulares, dos quais quatro serão deputados e dois, senadores, com igual número de suplentes.

Entre as competências da comissão, estão o exame e a emissão de pareceres sobre os tratados, acordos, atos internacionais e todas as matérias de interesse da CPLP que venham a ser submetidas ao Congresso Nacional.

O projeto vai a promulgação.

Plenário autoriza empréstimos a três estados e à União

O Plenário aprovou ontem cinco autorizações de empréstimos que haviam sido aprovadas pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) destinará até US\$ 250 milhões para Alagoas (PRS 107/2013)

e US\$ 184 milhões para o Amazonas (PRS 109/2013), dentro de programas estaduais de equilíbrio fiscal e melhoria de serviços públicos. Alagoas receberá ainda US\$ 7 milhões para aperfeiçoar a gestão fazendária (PRS 106/2013). O Rio de Janeiro poderá receber até US\$ 48 milhões do Banco Mundial (PRS 105/2013) para programa de fortalecimento da gestão pública (Progestão 2).

Também foi aprovada operação entre BID e União para financiar parte do Programa de Modernização Integrada do Ministério da Fazenda, no valor de US\$ 19,8 milhões (PRS 108/2013).

Propostas abrem créditos extras para ministérios e estatais

O Congresso aprovou, nesta madrugada, 19 projetos que abrem créditos suplementares e especiais em favor de diversos ministérios, estatais e das Justiças Eleitoral, Federal e do Trabalho. O de maior valor é o PLN 41/2013, que garante recursos federais extras para empresas estatais no valor de R\$ 16,6 bilhões. Entre as contempladas, estão Caixa, Banco do Nordeste (BNB), Chesf, BNDES e Petrobras.

O deputado André Vargas (PT-PR), que presidia os trabalhos, suspendeu a sessão e avisou que os outros créditos serão votados ainda hoje.

Pré-sal

Outra proposta (PLN 36/2013) destina R\$ 640 milhões a empresas do Grupo Petrobras. Desse valor, R\$ 377 milhões irão para o gasoduto de escoamento de gás natural da camada pré-sal para processamento no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro.

Uma parcela de R\$ 10 milhões do PLN 11/2013 vai adequar o pátio de manobras do Porto de Salvador. Já o PLN 35/2013 abre crédito especial de R\$ 65 milhões para a Secretaria de Portos preparar o Canal das Flechas, no Rio de Janeiro, para ampliação da movimentação de embarcações.

Em favor da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), o PLN 38/2013 libera R\$ 455 milhões para obras nos Aeroportos de Aracaju e Santos Dumont, no Rio de Janeiro, entre outras.

O Ministério do Trabalho receberá R\$ 140 milhões para monitoramento das aplicações do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), de acordo com o PLN 23/2013. O total de créditos previstos, R\$ 174,7 milhões, beneficiará os Ministérios da Previdência e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O PLN 14/2013 destina R\$ 64,7 milhões para o Fundo Nacional de Saúde. Já o PLN 27/2013 abre crédito suplementar no valor de R\$ 107 milhões para a promoção, proteção, vigilância, segurança alimentar e recuperação da saúde indígena. Os recursos também devem possibilitar a estruturação de unidades de atenção especializada em saúde em Pernambuco, Rio Grande do Norte, Rondônia e São Paulo.

E o PLN 13/2013 alterou 34 dos 64 programas temáticos estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) 2012-2015.

Senadores cobraram dos futuros gestores ações para evitar o desperdício de água, recurso cada vez mais escasso e de difícil acesso, em especial para o semiárido

Senado aprova três indicações para Agência Nacional de Águas

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem três indicações para a Agência Nacional de Águas (ANA): as reconduções de Vicente Andreu à presidência e de João Gilberto Lotufo Conejo à diretoria e o nome de Gisela Damm Forattini para diretora da agência.

Os indicados já haviam sido aprovados em sabatina pelos senadores da Comissão de Meio Ambiente (CMA), que se mostraram preocupados com o uso inadequado da água no Brasil. Na avaliação de Vicente Andreu, os brasileiros pensam que há abundância de água no Brasil, o que impede esforços maiores no uso racional do recurso.

O senador Jorge Viana (PT-AC) observou que, frente à relevância da água na formação do planeta e na manutenção da vida, o recurso não tem recebido a devida prioridade, seja nas políticas ou no cotidiano da população brasileira.

— Quando se trata de água, estamos longe de dar a importância que esse recurso requer — disse Jorge Viana.

Na avaliação de Vicente Andreu, existe no país uma cultura da abundância de água, o que resultaria em uma acomodação quanto à necessidade de uso racional e na visão equivocada de que não temos problema para acesso a esse recurso.

— E temos problema de toda natureza, de escassez, de poluição, temos os problemas ambientais que a floresta tem



João Gilberto Lotufo, Vicente Andreu, Blairo Maggi e Gisela Damm Forattini: preocupação com mau uso da água

enfrentado, com períodos de maior seca e maior cheia — observou.

O senador Fernando Collor (PTB-AL) ressaltou que a água, um bem finito, está cada dia mais escasso. Ele se disse preocupado com a degradação dos rios brasileiros.

— Nossas matas ciliares são devastadas, nossos riachos desaparecem, nossos córregos deixam de existir e nossas águas estão poluídas. Isso nos preocupa tremendamente — frisou.

Em resposta a Cristovam Buarque (PDT-DF), Vicente Andreu reconheceu lacuna no sistema brasileiro de educação quanto à formação de crianças e jovens para o uso correto dos recursos hídricos. Ele, no entanto, apontou esforços para a formação de agentes de promoção de educação ambiental nos municípios.

Gisela Forattini destacou esforços para levar água a escolas

no Nordeste, em parceria com a Unicef.

— É muito difícil falar em capacitação em recursos hídricos em escolas que não têm água para beber — disse.

Reservatórios

Ao comentar observação do senador Luiz Henrique (PMDB-SC), Vicente Andreu afirmou que o país hoje tem uma baixa capacidade de reserva de água. Para o presidente da ANA, é urgente a construção de reservatórios, para garantir a segurança hídrica.

Luiz Henrique também questionou os indicados quanto a medidas para captação de água da chuva. Em resposta, João Gilberto Conejo citou o programa federal Um Milhão de Cisternas e o programa de microbacias, que visa reter água para preservação dos ecossistemas.

A eficiência da estratégia

de organização em torno de bacias hidrográficas também foi comentada pelo senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF). Na opinião do parlamentar, as políticas para o setor deveriam priorizar o fortalecimento dos comitês de bacias, que têm ação multiplicadora do bom uso dos recursos hídricos.

Relator da indicação de Gisela Forattini, o senador Acir Gurgacz (PDT-RO) destacou a experiência dele como gerente de outorga da ANA. Engenheiro civil, com mestrado em Recursos Hídricos e Saneamento, a indicada é servidora pública de carreira, ocupando atualmente a diretoria de Licenciamento Ambiental do Ibama. As reconduções de Vicente Andreu e de João Gilberto Conejo foram relatadas, respectivamente, por Aloysio Ferreira Nunes (PSDB-SP) e Blairo Maggi (PR-MT), que também elogiaram a experiência de ambos no setor.

Presidente da ANA presta contas da gestão ao Senado

O presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Vicente Andreu, prestou contas da administração dele em 2013 às Comissões de Meio Ambiente (CMA), de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), atendendo a exigência do Regimento Interno do Senado.

Entre as realizações da ANA, Andreu destacou esforços para reduzir os efeitos da seca no Nordeste, o programa de gestão dos recursos hídricos, com participação dos estados por adesão, a implementação da Usina de Belo Monte e a definição de regras no novo Código Florestal.

Ele salientou os quatro desafios da ANA: a expansão da geração hidrelétrica; a redução do déficit hídrico, que afeta não apenas o semiárido, mas também o Rio Grande do Sul; a poluição do litoral, onde se concentra a maior parte da população; e as necessidades de irrigação decorrentes da expansão da fronteira agrícola.

Vicente Andreu pediu o apoio do Senado para mudar a cobrança pelo uso da água e para definir normas que tornem mais efetivos os planos de bacias hidrográficas, presentes em metade do território nacional.

— Os planos de bacia definem uma quantidade de ações, envolvendo diversos setores, mas não têm fator indutor da aplicação dos orçamentos públicos — disse.

Criação de três centros de pesquisa vai a sanção

O Plenário do Senado aprovou ontem o Projeto de Lei da Câmara 55/2013, que cria três centros de pesquisa: o Centro de Tecnologias Estratégicas do Nordeste, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal e o Instituto Nacional de Águas. De autoria do Executivo, o texto foi votado em regime de urgência. Como já foi aprovado na Câmara, segue agora para a sanção presidencial.

Além dos novos órgãos, que estarão ligados ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), o projeto prevê a criação de 83 cargos comissionados e a transferência, para o MCTI, do Museu de Biologia Professor Mello Leitão, de Santa Teresa (ES), hoje vinculado ao Instituto Brasileiro de Museus (Ibram).

Para o senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que relatou a proposta na Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT), o projeto cria e dá condições para que esses centros de promoção e desenvolvimento dos biomas nacionais possam dar resultados para a sociedade brasileira.

Prédios públicos deverão aproveitar água da chuva



A Comissão de Infraestrutura (CI) aprovou ontem parecer favorável ao PLS 191/2013, de Wilder Morais (DEM-GO, foto), que torna obrigatória a instalação

de sistemas de aproveitamento de água da chuva na construção de prédios públicos, bem como a utilização de telhados ambientalmente corretos.

Pelo texto, a água captada das chuvas deve ser usada em descargas de vasos sanitários, irrigação de plantas, limpeza de pisos e espelhos d'água. O relator na CI, Inácio Arruda (PCdoB-CE), é favorável à proposta. O texto passará pela Comissão de Meio Ambiente (CMA).

A CI também aprovou o PLS 252/2011, de Acir Gurgacz (PDT-RO), que cria o Programa de Microdestilarias de Álcool e Biocombustíveis (Promicro). O relator, Wellington Dias (PT-PI), apresentou substitutivo ao texto, para passar a instituir política nacional de produção de biocombustíveis por microusisinas.

Raupp comemora 2013 e pede manutenção de ritmo



Valdir Raupp (PMDB-RR) saudou as realizações do Legislativo em 2013, considerando o ano produtivo, e manifestou expectativa de que o Senado mantenha o ritmo em 2014.

Ele destacou a aprovação da PEC das Domésticas, a ampliação do voto aberto e a minirreforma eleitoral, mas cobrou empenho no debate sobre o pacto federativo. Para ele, a reforma no Fundo de Participação dos Estados é um avanço insuficiente.

O senador disse que a Casa deve continuar ouvindo o sentimento da sociedade.

— Da mesma forma que chegamos ao final deste ano produzindo muito no Senado, no Congresso Nacional, atendendo as reivindicações sociais, a voz das ruas, que possamos, com a mesma energia, com a mesma força de vontade, iniciar 2014 para produzir ainda mais — afirmou.

Ana Amélia destaca lei que ajuda portador de câncer



Ana Amélia (PP-RS) destacou a aprovação da lei que garante cobertura dos planos de saúde para tratamento de câncer com medicamento oral como a iniciativa mais importante do mandato dela.

— Quando começar a valer, em maio, a lei vai permitir que 1 milhão de portadores de câncer recebam tratamento seguro em casa — disse.

Ela afirmou que também se dedicou a problemas dos aposentados do Fundo Aerius, fim do fator previdenciário, fim do voto secreto e entraves com exportações para a Argentina. Além disso, citou debates realizados a pedido dela, como os que discutiram a prevenção do câncer de próstata e o uso de lenalidomida contra mieloma múltiplo.

— Depois dessa audiência, a Anvisa prometeu reavaliar o uso da lenalidomida, medicamento proibido no Brasil, mas essencial para a recuperação dos portadores da doença — enfatizou.

Oposição protestou contra o encerramento da discussão no Plenário, mas o texto defendido pelo governo e relatado por Eduardo Braga obteve a maioria dos votos

Aprovado, Plano Nacional de Educação voltará à Câmara

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o Plano Nacional de Educação (PLC 103/2012). A votação ocorreu em meio a protestos contra o encerramento da discussão — iniciada na última quarta-feira — e pedidos de agilidade para que se pudesse votar o Orçamento de 2014. O PNE, que prevê metas para o período de 2011 a 2020, foi enviado pelo governo ao Congresso em 2010 e aprovado pela Câmara dos Deputados em 2012. No Senado, passou por três comissões, durante pouco mais de um ano.

O texto defendido pelo governo e aprovado ontem foi relatado por Eduardo Braga (PMDB-AM), que acolheu a maior parte do relatório elaborado por Vital do Rêgo (PMDB-PB) para a votação em Plenário. Vital acatou 47 das 101 mudanças previstas no substitutivo de Alvaro Dias (PSDB-PR) aprovado na Comissão de Educação (CE), última a examinar o texto.

O senador tucano, um dos principais críticos do texto, voltou a declarar que, da maneira como está, o projeto transforma o plano em uma simples manifestação de intenções.

— Nós não teremos um Plano Nacional de Educação para valer. Estaremos vendendo ilusão, estaremos gerando falsa expectativa e nós não podemos brincar com o futuro do Brasil — argumentou.

Alvaro Dias criticou especialmente a falta de punição para agentes e gestores que



Vital e Braga se cumprimentam após aprovação, contrariando senadores como Alvaro (E) que queriam debater mais

não cumprirem as metas do PNE e a retirada do prazo de um ano para a aprovação de uma proposta de lei de responsabilidade educacional. O senador também criticou a falta de definição sobre a fonte dos recursos para a educação e sobre os percentuais de investimento da União, dos estados e dos municípios.

Relator do texto na Comissão de Constituição e Justiça, Vital do Rêgo elogiou o substitutivo aprovado e lembrou ter acolhido 50% das modificações feitas por Alvaro Dias na CE. Eduardo Braga afirmou que o texto traz avanços importantes e representa o entendimento e o consenso, após ampla negociação com a sociedade.

Além das modificações previstas no relatório de Alvaro Dias, foram rejeitadas seis emendas de Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e sete de Inácio Arruda (PCdoB-CE), que, após reconhecer que o Senado fez um bom trabalho, disse esperar que o texto seja aprimorado na volta à Câmara ou em projetos futuros.

Enquanto o presidente da Comissão de Orçamento (CMO), senador Lobão Filho (PMDB-MA), lembrava a necessidade de votar o Orçamento para 2014, outros parlamentares queriam continuar a discussão do PNE, que acabou sendo encerrada após a aprovação de requerimento com esse fim.

Pressa

Autor de texto alternativo rejeitado em Plenário, Cristovam Buarque (PDT-DF) acusou de incoerente a decisão de, após três anos de discussão no Congresso, impedir o plano de ser amplamente debatido em Plenário.

— Como é possível que o governo tenha deixado passar três anos de debate do PNE e agora não queira deixar que a gente fique por três horas debatendo? Em três horas, a gente resolveria isso — defendeu o senador, cujo substitutivo previa a federalização da educação de base.

Em protesto, José Agripino (DEM-RN) citou o resultado

negativo do Brasil em exames internacionais e lamentou que a Minoría não tenha conseguido debater o plano.

— Que se assuma que o PNE que vai ser votado é o PNE do governo e não o que o Brasil espera, precisa, deseja e algum dia vai ter — afirmou.

Cyro Miranda (PSDB-GO), por sua vez, lembrou que o texto de Alvaro Dias foi elaborado após diversas audiências públicas na CE, enquanto o do governo teria sido feito “em três dias”. O senador também criticou a flexibilização de metas no texto governista.

Randolfe Rodrigues fez um apelo aos colegas para que o debate fosse concluído.

— Por que a pressa? Para todos os congressistas irem para casa cedo antes de a semana acabar? — disse.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), que defendia o adiamento da votação, disse que o texto não é o ideal, mas declarou o voto a favor do plano.

Emendado, o projeto volta agora para a Câmara.

Metas

- 1 **Educação infantil** expansão da creche e universalização da pré-escola
- 2 **Ensino fundamental** universalização do acesso e conclusão na idade certa
- 3 **Ensino médio** universalização do acesso e matrícula na idade certa
- 4 **Educação especial** universalização do acesso e atendimento educacional especializado para alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação
- 5 **Alfabetização na idade certa** 8 anos, 7 anos e, ao final do plano, 6 anos
- 6 **Educação em tempo integral** 50% das escolas e 25% dos alunos da educação básica
- 7 **Qualidade da educação básica** melhoria do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica — Ideb
- 8 **Elevação da escolaridade de jovens de 18 a 29 anos e diminuição da desigualdade educacional** meio rural, Norte e Nordeste, 25% mais pobres
- 9 **Eradicação do analfabetismo e redução do analfabetismo funcional** 50%
- 10 **Educação de jovens e adultos integrada à educação profissional** 25% das matrículas do ensino fundamental e médio
- 11 **Educação profissional de nível médio** triplicar matrículas e assegurar 50% de vagas gratuitas
- 12 **Educação superior** expansão do acesso, especialmente população de 18 a 24 anos
- 13 **Qualidade da educação superior e titulação do corpo docente** 75% mestres e doutores, sendo 35% doutores
- 14 **Expansão da pós-graduação** 60 mil mestres e 25 mil doutores por ano
- 15 **Formação de profissionais da educação inicial e continuada**
- 16 **Formação de professores da educação básica** formação continuada e pós graduação
- 17 **Valorização dos profissionais do magistério público** remuneração equiparada a demais profissionais
- 18 **Carreira dos profissionais da educação básica e superior** planos e piso salarial
- 19 **Gestão democrática do ensino público** básico e superior
- 20 **Investimento público em educação** 10% do PIB
- 21 **Estímulo à produção científica** 4 doutores por cada mil habitantes

Senado quer explicações da Abin sobre ossadas

O presidente da Subcomissão Permanente de Memória, Verdade e Justiça, João Capiberibe (PSB-AP), deve pedir à Agência Brasileira de Inteligência (Abin) informações sobre a localização de ossadas que podem pertencer a membros da Guerrilha do Araguaia, movimento criado pelo PCdoB entre as décadas de 60 e 70, com o objetivo de fomentar uma revolução socialista. As Forças Armadas combateram o grupo, e cerca de 60 militantes foram assassinados, sendo que mais de 50 deles são considerados desaparecidos políticos.

Segundo Paulo Fonteles Filho, do Comitê Paraense pela Verdade, Memória e Justiça, a Abin comandou o recolhimento das ossadas encontradas em 2001, no Forte do Castelo, em Belém, e não divulgou o fato. Ele diz que o recolhimento foi organizado por Magno José

Borges e Armando Souza Dias, da Abin do Pará, que pertenceram ao Destacamento de Operações de Informações — Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) durante a ditadura militar e estiveram no Araguaia.

Capiberibe disse que é hora de desmontar “esse Estado clandestino”, com agentes que atuaram na ditadura e ainda ocupam cargos no serviço público, “e que teve a existência

provada, este ano, pelo desaparecimento do pedreiro Amarildo” no Rio de Janeiro.

Segundo Maria Rita Kehl, da Comissão Nacional da Verdade, não houve de fato uma guerrilha no Araguaia, pois os militantes não morreram em combate, e o Exército conseguiu encontrá-los porque torturou índios e camponeses.

Fonteles, cujo pai foi assassinado por pistoleiros da União Democrática Ruralista (UDR),

disse que tem sido vigiado pela Abin.

A presidente da CDH, Ana Rita (PT-ES), sugeriu que a subcomissão encaminhe as informações ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, para que ele peça uma investigação à Polícia Federal.

Maria Rita Kehl e o juiz José Barroso Filho citaram o caso dos índios guaranis-caiuás, em Mato Grosso do Sul, em conflito com proprietários de terras. Segundo Barroso, os indígenas estão isolados e precisam de serviços básicos de educação e saúde.

Maria Rita citou o caso dos jovens desaparecidos e dos mais de 500 mortos pela PM em São Paulo durante conflitos com o Primeiro Comando da Capital (PCC), em 2006. Capiberibe também vai encaminhar os casos ao ministro da Justiça e agendar audiências sobre eles.



Paulo Fonteles Filho, João Capiberibe e Maria Rita Kehl em subcomissão

João Capiberibe denuncia perseguição

João Capiberibe (PSB-AP) anunciou que vai requerer informações ao Ministério da Justiça, ao Ministério Público e a autoridades sobre denúncia de Paulo Fonteles Filho, do Comitê Paraense pela Verdade, Memória e Justiça.

O senador explicou que ontem, após participar de audiência em que fez denúncias sobre a Abin, Fonteles chegou a Belém e percebeu que o carro em que estava era perseguido por outro carro, supostamente da agência. Ele tirou foto e enviou ao senador. Fonteles ainda relatou que entrou em um restaurante, acompanhado de outra pessoa, e os agentes também entraram, atitude que, para Capiberibe, “cerceia o direito de ir e vir das pessoas, de forma ameaçadora”.

Cancelamento de voo pode gerar indenização

Passageiros podem receber de volta o valor do bilhete mais multa a ser paga pela companhia que cancelar voo. Projeto também puni empresa que desistir de explorar linha sem comunicação prévia

DESCONFORTO GERADO AOS passageiros pelos cancelamentos de voos poderá sair caro às empresas aéreas. O consumidor pode passar a ter o direito de receber indenização correspondente à tarifa cheia, mais o reembolso do valor de aquisição do bilhete. A medida é prevista em projeto aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

A proposta (PLS 22/2013), de Ângela Portela (PT-RN), considera infração à ordem econômica a desistência ou a suspensão, ainda que parcial, da exploração de linha aérea sem comunicação à autoridade aeronáutica com antecedência mínima de três meses. A Lei 12.529/2011 prevê como pena multa de 0,1% a 20% do faturamento bruto da empresa.

A relatora na CAE, Ana

Amélia (PP-RS), argumentou que a "conduta desleal" tem sido praticada por grandes empresas como forma de inviabilizar as de menor porte.

"Explora-se a linha a preços artificialmente baixos, até que a empresa concorrente abandone o mercado; em seguida, elevam-se os preços ou se interrompe a prestação do serviço, deixando a população desamparada", diz Ana Amélia no relatório.

O projeto prevê que a empresa que desistir da exploração de linha aérea ficará impedida de explorá-la novamente por prazo não inferior a dois anos.

Outro artigo da proposta atribui à Secretaria de Acompanhamento Econômico (Seae), do Ministério da Fazenda, competência para propor a revisão da autorização para exploração de linha aérea em

caso de manipulação de tarifas ou de parâmetros operacionais do serviço com vistas à dominação dos mercados ou à eliminação da concorrência.

Práticas danosas

Ângela Portela declarou-se preocupada com a proliferação de práticas danosas aos consumidores, como súbita interrupção de serviços, alteração de frequência, cancelamento de voos, cobrança adicional por serviços essenciais e abuso do poder econômico. Para ela, ao praticarem esses atos, as empresas aéreas atuam na defesa exclusiva dos próprios interesses.

O texto seguirá agora para as Comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Passageiros são beneficiados com projeto aprovado, que também prevê medidas contra manipulação de tarifas aéreas

Regras para cadastro de inadimplência

A inclusão de devedores inadimplentes em cadastros de serviços de proteção ao crédito poderá ter regras mais claras. Projeto (PLC 85/2009) aprovado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) proíbe a inclusão de informação decorrente de contratação por telefone ou outro meio que gere dúvidas sobre a identificação do devedor.

A proposta original, que regula os cadastros positivo e negativo, foi apresentada em 2003 pelo então deputado

Bernardo Ariston. Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, foi aprovado substitutivo aproveitando as partes que tratam do cadastro negativo.

Na CAE, o relator, Sérgio Souza (PMDB-PR), apresentou novo substitutivo, a fim de incluir na Lei do Cadastro Positivo (12.414/2011) as regras para a manutenção do cadastro negativo. Entre outras medidas, o substitutivo de Souza só permite a inclusão de informação relativa a inadimplência

quando for emitido título ou documento fiscal correspondente, devidamente contabilizado. Se o título for protestado, o responsável pelo cadastro não precisará fazer nenhum comunicado ao consumidor. Do contrário, o devedor terá de ser avisado com antecedência quanto à inclusão no cadastro de inadimplentes.

A proposta seguirá agora para a CMA.

Veja Especial Cidadania sobre o assunto <http://bit.ly/Cidadania457>

Petrópolis/Agência Senado

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner
Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Senadores aprovam Roberto de Lima para dirigir a Ancine

O Plenário aprovou, ontem, Roberto Gonçalves de Lima para o cargo de diretor da Agência Nacional do Cinema (Ancine). A indicação já havia sido aprovada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). Lima substituirá Glauber Piva Gonçalves.

Desde 2007, Lima assessorava a diretoria da Ancine. Atuou em grupos de trabalho que formularam os programas especiais de fomento, o Funçine e o Prêmio Adicional de Renda (PAR) e na regulação

de mecanismos voltados à produção independente para televisão.

Na CE, ele disse que o mercado audiovisual do país se aproxima da sustentabilidade. Destacou o crescimento de 126% na renda de filmes nacionais de 2008 a 2012 e também no público — de cerca de 8 milhões em 2008 para mais de 15 milhões em 2012. Entre os desafios para os próximos anos, relacionou a ampliação de espaços de exibição de filmes nacionais.

Paim elogia moção de sindicato pelo fim do fator previdenciário

Paulo Paim (PT-RS) elogiou ontem a aprovação, pelo Sindicato dos Trabalhadores das Universidades Públ



Câmara precisa votar logo projeto que extingue o fator, defende Paim

— O famigerado fator previdenciário, que confisca pela metade o salário dos mais pobres, só pega o Regime Geral da Previdência, os celetistas.

Ora, se a lei é tão maldita (ouvi até ministro dizendo que é uma lei maldita), não entendo por que a Câmara não vota. A única saída é votar — disse.

Casildo cobra mais investimentos em campanhas de trânsito

Casildo Maldaner (PMDB-SC) alertou ontem para a necessidade de ampliação dos investimentos públicos em campanhas de conscientização dos motoristas para reduzir o número de acidentes. O senador explicou que a lei determina que 5% da arrecadação do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores, o DPVAT, sejam repassados ao Denatran, para aplicação em campanhas.

Em 2012, o valor repassado foi superior a R\$ 357 milhões, mas, reclama Casildo, muito pouco do total foi usado



Casildo diz que "percentual ínfimo" do DPVAT é aplicado em educação

efetivamente em campanhas.

— É um percentual ínfimo. O DPVAT repassou R\$ 357 milhões para o Denatran; desses, R\$ 105 milhões foram empenhados e somente R\$ 15 milhões foram pagos para campanha de instrução. O dinheiro ficou parado em algum lugar — frisou.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Silvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Bebê recebe cuidados especiais em abrigo de Brasília: projeto modifica Estatuto da Criança para garantir prioridade

Mais agilidade para adoção de crianças com deficiência

Projeto aprovado pelo Senado — que segue para sanção presidencial — não reduz ou modifica as etapas do processo, apenas garante prioridade aos dos menores com necessidades especiais

PROCESSOS DE ADOÇÃO de crianças e adolescentes com deficiência ou com doença crônica terão prioridade na tramitação. É o que determina o PLC 83/2013, aprovado ontem pelo Senado. O texto modifica o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para garantir a prioridade.

A intenção da autora do projeto, deputada Nilda Gondim (PMDB-PB), é acelerar o andamento dos processos nos quais o adotado se encontre em uma dessas condições. Isso não significa, segundo a autora, ultrapassar etapas ou flexibilizar procedimentos.

A nova legislação viria consolidar prática que já começa a se estabelecer, pois a atenção preferencial para pessoas com deficiência e para aquelas

acometidas por doenças crônicas já é fato comum nas instituições envolvidas.

O Conselho Nacional de Justiça, como lembrou a autora, tem se mostrado favorável a que essas causas judiciais tenham prioridade de tramitação.

O relator na Comissão de Direitos Humanos (CDH), Paulo Paim (PT-RS), lembrou que crianças com deficiência ou com doenças crônicas são cerca de 10% das 80 mil que estão nos abrigos à espera da adoção.

Sua própria condição faz com que se afastem do perfil buscado pela imensa maioria dos candidatos a pais e mães adotivos: meninas recém-nascidas, sem irmãos, brancas e saudáveis — disse o senador.

Após a aprovação da matéria, Vital do Rêgo (PMDB-PB) afirmou que o texto traz uma expectativa nova para pessoas dispostas a adotar crianças com deficiência ou doença crônica. O senador agradeceu aos colegas pela aprovação em nome da deputada Nilda Gondim.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, também apresentou os cumprimentos à autora do projeto e disse que a aprovação do projeto é um grande momento do Congresso Nacional. A aprovação também foi comemorada por Cícero Lucena (PSDB-PB) e Eduardo Braga (PMDB-AM).

Como só houve emendas de redação, o projeto segue agora para a sanção presidencial.

Comissão aprova atualização do Código Penal

A comissão especial de senadores criada para examinar o projeto de reforma do Código Penal (PLS 236/2012) aprovou ontem o relatório final elaborado por Pedro Taques (PDT-MT). A proposta do senador, que teve por base anteprojeto proposto por comissão de juristas, sugere penas maiores para crimes contra a vida, aumenta o rol de crimes hediondos e torna mais rigoroso o modelo de progressão de penas, impondo ao condenado por crime mais grave tempo maior sob regime fechado.

O texto preservou o limite máximo de 30 anos de prisão, mas com ressalva caso ocorra condenação por fato posterior ao início do cumprimento da pena. Nessa hipótese, o limite máximo poderá passar a ser de 40 anos, não importando o período de pena já cumprido. Sem adotar a tipificação do crime de feminicídio, o relatório aumenta a pena para o crime de lesão corporal praticado no ambiente doméstico. A proposta também tipifica o

crime de enriquecimento ilícito e aumenta as penas para a corrupção.

— Não podemos achar que a proposta é uma panaceia e que vamos resolver todos os problemas da segurança pública, mas ele é um instrumento importante quando o país se vê aflito e incomodado com a violência que grassa em todos os cantos — destacou Eunício Oliveira (PMDB-CE), presidente da comissão.

Em relação ao texto dos juristas, a comissão manteve a orientação de Taques sobre dois dos mais polêmicos

temas: no caso das drogas, retirou dispositivo que podia descriminalizar o porte para uso pessoal e, quanto ao aborto, o dispositivo que legalizava a interrupção da gravidez em caso de risco “à saúde” da gestante foi retirado, preservando apenas o caso de risco de morte.

Duas alterações feitas no relatório apresentado na semana passada geraram controvérsia. Foi aprovado destaque de Vital do Rêgo (PMDB-PB) para a retirada do termo “identidade” quando integrante da expressão “identidade e orientação



Pedro Taques e Eunício Oliveira encerram etapa que durou mais de um ano

Aprovado indicado para Conselho Nacional do Ministério Público

O Senado aprovou ontem o nome do procurador regional da República Fábio George Cruz da Nóbrega para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Foram 52 votos a favor, 7 contra e 1 abstenção. Mais cedo, ele já havia sido aprovado em sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Para Pedro Taques (PDT-MT), a sociedade terá um servidor “digno e decente” no CNMP. O presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), disse que, como paraibano, era testemunha da carreira e da competência do indicado.

Indicado pelo Ministério Público Federal (MPF), Fábio Nóbrega é natural de João Pessoa e graduou-se em Direito pelo Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba em 1992.

Foi promotor de Justiça entre 1994 e 1996, mesmo ano

em que ingressou no MPF. A atuação dele é reconhecida pelo combate à corrupção, tendo coordenado o Fórum Estadual de Combate à Corrupção (Focco), na Paraíba e em Pernambuco.

Sabatina

Durante a sabatina na CCJ, Fábio da Nóbrega disse que o CNMP é um espaço de fortalecimento da discussão sobre o papel do Ministério Público e sobre a importância do controle externo da instituição.

Ele ainda acrescentou que questões como justiça, segurança pública e combate ao racismo e à corrupção estão entre as mais importantes para o cidadão. Segundo Nóbrega, o MP quer colaborar na busca de soluções.

— Ninguém vai conseguir superar esses desafios sozinho. O conselho poderá contribuir grandemente para superá-los — disse o procurador.

Blairo Maggi (PR-MT), relator da indicação na CCJ, quis saber a opinião de Nóbrega sobre a criação de um código de ética para o MP. Em resposta, o procurador definiu o código como “importantíssimo” e registrou que o MP já está discutindo o assunto.

Posteriormente, no Plenário, o parlamentar disse que “Nóbrega vai fazer um bom trabalho no CNMP”.



Fábio Nóbrega é paraibano de João Pessoa e está no MPF desde 1996

Crime de homofobia deve ser tratado no novo código

O Senado aprovou ontem com 29 votos favoráveis, 12 contrários e 2 abstenções, requerimento de Eduardo Lopes (PRB-RJ) para que o projeto que criminaliza homofobia (PLC 122/2006) seja apensado ao projeto de reforma do Código Penal (PLS 236/2012).

O senador destacou que o Código Penal já trata do assunto ao tipificar a intolerância, o racismo e todo tipo de violência e que não faz sentido que as propostas tramitem separadamente. Em apoio a Lopes, Magno Malta (PR-ES) disse que a criminalização da homofobia depende da tipificação desse crime no Código Penal, o que justifica o apensamento.

Eduardo Suplicy (PT-SP) e Paulo Paim (PT-RS) criticaram a tramitação conjunta, que, na opinião deles, deve enfraquecer o debate sobre a criminalização da homofobia.

Senadores propõem asilo para Edward Snowden

Grupo de parlamentares irá se reunir hoje com o ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, para pedir ao governo que acolha pedido do delator de espionagem americana

O PRESIDENTE DA Comissão de Relações Exteriores (CRE), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), informou que um grupo de senadores deve se reunir hoje com o ministro das Relações Exteriores, Luiz Alberto Figueiredo, para defender a concessão de asilo político a Edward Snowden.

— Nós temos muito o que investigar. A presença do Snowden em nosso país seria ou será um extraordinário facilitador, mas as coisas não podem ser na base da troca do asilo político por informações. O asilo político é, antes de tudo, um gesto humanitário — afirmou o parlamentar.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também defende o asilo a Snowden, mas sem contrapartidas. Além disso, a senadora lembrou que muitos dos dados que Snowden tem foram passados ao jornalista Glenn Greenwald.

— O Brasil deve conceder asilo a uma pessoa que não cometeu crime e que não tem onde viver. O que vai ser divulgado independe da concessão ou não do asilo — disse.

Junto com a notícia de que Snowden quer asilo no Brasil, o jornal *Folha de S.Paulo* divulgou ontem uma carta aberta



Marcos Oliveira/Agência Senado



Reprodução/WGNTV

Ferraço, presidente da CRE, é um dos favoráveis a atender o pedido de Snowden

em que Snowden menciona os esforços de senadores da CPI da Espionagem para apurar os atos de espionagem dos Estados Unidos, que chegaram a violar a privacidade da presidente Dilma Rousseff e da Petrobras.

Na carta, Snowden diz: "Expressei minha disposição de auxiliar, quando isso for apropriado e legal, mas infelizmente o governo dos Estados Unidos vem trabalhando muito arduamente para limitar minha capacidade de fazê-lo".

Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que o Brasil tente convencer as autoridades norte-americanas a conceder anistia a Snowden.

— Somos solidários ao empenho dos Estados Unidos

para evitar e prevenir ações terroristas, mas não de maneira a ferir os direitos constitucionais e privados de cidadãos em qualquer país do mundo e, em especial, no Brasil — afirmou o senador.

Roberto Requião (PMDB-PR) também apoiou a concessão de asilo.

— Snowden precisa de toda a liberdade para se movimentar e falar. O exercício da liberdade que ele quis preservar, denunciando os serviços de espionagem dos Estados Unidos, precisa ser garantido para ele.

Já Lindbergh Farias (PT-RJ) acredita que o Brasil deve liderar um debate mundial sobre direitos humanos e privacidade, evitando, porém, que o seu questionamento comprometa a relação com os EUA.

CPI da Espionagem conversa com europeus

A comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga as denúncias de espionagem dos Estados Unidos no Brasil quer estreitar a cooperação com o Parlamento Europeu, onde também funciona uma comissão com finalidades semelhantes, já que líderes europeus também teriam sido espionados. Em videoconferência realizada ontem, parlamentares brasileiros e europeus trocaram informações e se comprometeram a somar esforços na defesa da privacidade dos cidadãos. Em fevereiro de 2014, as duas comissões deverão se encontrar para apresentar as conclusões.

— Precisamos construir um

novo ambiente de respeito às diferenças e às tradições das nossas relações — disse o relator da CPI da Espionagem, Ricardo Ferraço (PMDB-ES).

Também integrou a videoconferência a senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-CE), que preside a CPI. Em Bruxelas, na Bélgica, onde está sediado o Parlamento Europeu, participaram 15 deputados.

Os parlamentares brasileiros foram questionados sobre as atitudes legais, legislativas e técnicas que estão sendo tomadas no Brasil em relação à espionagem americana. Vanessa respondeu que o país vai sediar em abril do próximo ano uma conferência internacional

para discutir formas de democratizar a governança na internet.

A senadora citou o projeto que cria o Marco Civil da Internet, que está em tramitação na Câmara dos Deputados (PL 2.126/2011), e o projeto que regulamenta o funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (PRN 2/2008), aprovado pelo Congresso em novembro.

Ela também disse que a CPI vai apresentar projetos de lei para determinar que o foro judicial para resolver conflitos referentes aos contratos com empresas de internet seja sempre o Brasil.

Também será proposta a criação de uma agência de proteção cibernética e de uma comissão temporária para estudar mudanças na legislação sobre serviços de inteligência.

— Também queremos indicar ao governo a necessidade de investir mais em contrainteligência. É necessário investir mais em inovação, ciência e tecnologia para evitar novos casos de espionagem — disse Vanessa.



Presidente da comissão, Vanessa Grazziotin (E) conduz videoconferência

Aprovados acordos internacionais sobre previdência e educação

O Senado aprovou dois acordos internacionais assinados em 2011, firmados com a França e com a Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

O acordo entre Brasil e França traz regras para proteger os trabalhadores nos dois países, estendendo a proteção previdenciária aos estrangeiros radicados no Brasil. Aposentadoria por invalidez e idade e pensão por morte, além da assistência em acidentes de trabalho, doenças profissionais, maternidade e

paternidade, também serão garantidos segundo as regras do país em que o profissional atue.

O acordo entre o Brasil e a OEI define as condições de cooperação do organismo com o Brasil para o desenvolvimento em educação, ciência, cultura e tecnologia.

A execução do tratado será coordenada pelo escritório da OEI no Brasil e pela Agência Brasileira de Cooperação, do Ministério das Relações Exteriores. Já aprovados pela Câmara, os acordos agora seguem para promulgação.

País terá novos embaixadores na Guatemala e na Albânia

As indicações de João Luiz de Barros Pinto para o cargo de embaixador do Brasil na Guatemala e de Jorge José Frantz Ramos para o mesmo cargo na Albânia foram aprovadas ontem pelo Senado. João Luiz Pinto recebeu 42 votos a favor e 4 contra, enquanto Jorge Ramos recebeu 54 votos favoráveis e 6 contrários. As indicações haviam sido aprovadas pela Comissão de Relações Exteriores (CRE) na última quinta-feira.

Durante a sabatina na CRE, João Luiz de Barros Pinto disse que os guatemaltecos "buscam o fortalecimento do mercado comum centro-americano para ver se ampliam seus horizontes", enquanto Jorge José Frantz Ramos afirmou que um dos desafios será o incremento do comércio com a Albânia, que, em 2013, foi de pouco mais de US\$ 40 milhões. O diplomata destacou que as relações entre os dois países evoluem positivamente.

Para Collor, OMC sobrevive como foro de negociações comerciais

A reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), finalizada no dia 7, em Bali, na Indonésia, resultou em consenso sobre um acordo de facilitação do comércio.



Bali, chegou-se a um acordo em torno de medidas de caráter alfandegário.

— Espera-se que a União Europeia, o Banco Mundial e a OCDE [Organização para a Cooperação e de Desenvolvimento Econômico] contribuam para que os países mais pobres possam treinar funcionários e construir instalações adequadas. Collor também destacou o processo de privatização de estradas brasileiras. O último leilão do ano será no dia 27.

Jorge Viana destaca geração de empregos e economia

Jorge Viana (PT-AC) citou artigo publicado no jornal *Folha de S.Paulo* na terça-feira, do presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, Benjamin Steinbruch, em que



o Brasil ostenta o mais baixo índice de desemprego desde que os números passaram a ser divulgados pelo IBGE.

Por isso, o senador diz considerar estranho existir ainda quem critique o desempenho da economia:

— Não sei o que pode traduzir mais a economia de um país que os indicadores de emprego. Não sei por que tanto pessimismo, tanto derrotismo.

Só em 2013, afirmou o empresário, foram gerados 1,5 milhão de empregos. E o resultado, acrescentou, é que